



AS QUESTÕES DIPLOMÁTICAS E O ENSINO DE INGLÊS NO BRASIL (1662-1837)

Elisson Souza de SÃO JOSÉ¹
Leandro dos SANTOS²

GT7 - Educação, Linguagens e Artes.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo mostrar como a aliança existente entre Portugal e Inglaterra influenciaram na educação e no ensino de inglês no Brasil. O casamento de Catarina e Carlos II, os tratados comerciais e as ajudas militares são alguns exemplos de como o idioma inglês ganhou força nos territórios portugueses. O Brasil, por ser a maior fonte de riqueza de Portugal, foi a colônia que mais necessitou da proteção inglesa e, por sua vez, a região onde mais teve contato com o idioma inglês. Para se chegar a essa conclusão, foi aplicado o método bibliográfico, onde foi coletado diversas informações por meio de livros, teses, dissertações e fontes históricas a respeito da relação existente entre Portugal e Inglaterra.

Palavras-chave: Aliança; proteção militar; língua inglesa.

ABSTRACT

The present work aims to show how the alliance between Portugal and England influenced the education and teaching of English in Brazil. The marriage of Catarina and Carlos II, the commercial treaties and the military aid are some examples of how the English language was important in the Portuguese territories. Brazil, being the largest source of wealth in Portugal, was the colony that most needed English protection and, in turn, the region where most had contact with the English language. In order to reach this conclusion, it was applied to a bibliographical method, where various information was collected through books, theses, dissertations and historical sources regarding the relationship between Portugal and England.

Keywords: Alliance; military protection; English language.

¹ Formado em Português-Inglês e em Pedagogia, Mestre em Educação, especialista em Metodologia do Ensino de Língua Inglesa e em Psicopedagogia. Atualmente é professor de inglês da Secretaria Municipal de Educação de Itabaiana, professor do Colégio Rabboni, tutor do curso Português do Centro de Educação Superior da UFS, cursa filosofia na UFS e é membro do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos de Cultura da UFS (NECUFS/CNPq). Email: elisson.tj@hotmail.com

² Mestre em educação- PPGED/UFS; Especialista em Didática e em Metodologia do Ensino Superior- FSLF; Especialista em Gestão Escolar: Pedagogia Empresarial- FSLF; graduado em Pedagogia- FA. Atualmente é professor substituto na Universidade Federal de Sergipe, Campus Alberto Carvalho. É membro do grupo de estudos Educação e Movimentos Sociais – NETE/UFS; Email: lds747@hotmail.com



1. INTRODUÇÃO

Este Artigo faz parte de um trabalho maior desenvolvido pelo grupo de pesquisa Núcleo de Estudo de Cultura da Universidade Federal de Sergipe (NECUFS), liderado pelo professor doutor Luiz Eduardo Meneses de Oliveira.

O Trabalho tem como marco temporal o período de 1662 a 1837. O ano de 1662 foi escolhido como marco inicial porque foi nesse ano que a princesa de Portugal, Catarina de Bragança (1638-1706) se casou com Carlos II (1630-1685), rei da Inglaterra. O marco temporal tem como término o ano de 1837, porque foi neste ano que o Colégio dos Nobres deixou de existir e os alunos transferidos para o Colégio Militar.

O ensino de inglês no Brasil não foi por acaso, existe indícios que sua utilização nas escolas e no âmbito acadêmico foi devido a questões diplomáticas existentes entre Portugal e Inglaterra. É necessário lembrar que nesse período o Brasil nada mais era que um território português nas Américas e tudo que envolvesse a Coroa Portuguesa automaticamente também se aplicava ao Brasil.

Toda a pesquisa teve como base documentos e fontes bibliográficas de diversos escritores, tanto da atualidade como do período tratado, tudo para que as informações aqui expostas fossem as mais verídicas possíveis.

2. A ALIANÇA

Existem diversos documentos que confirmam alianças entre as duas nações desde 17 de fevereiro de 1294, e que foram reforçados por dezenas de outros tratados no decorrer dos anos (SERRÃO, 1963). Muitos desses tratados não eram vantajosos para Portugal, mas eram necessários, pois garantiriam ajuda militar da Inglaterra em momentos de guerra. A falta de um exército de qualidade foi crucial nas negociações, principalmente por causa das guerras que ocorriam com frequência na Europa. Até mesmo no “mito da origem de Portugal” a Inglaterra esteve intimamente relacionada, tanto do ponto de vista político, religioso e militar, durante o momento de sua fundação, pois em 1189, sob o reinado de D. Sancho I (1154-1211), os portugueses receberam auxílio de cruzados ingleses, que ajudaram na defesa de Santarém contra os Almóadas e essa ajuda se estenderia por vários séculos (OLIVEIRA, 2014, p. 89).



A tentativa de proteger o território português das ameaças existentes que levou D. João IV (1604-1656), rei de Portugal, a querer aproximar ainda mais a Inglaterra de seu Reino. Tal atitude pode ter ajudado a valorizar a língua inglesa em Portugal, algo pouco comum na Europa durante esse período, até porque as línguas clássicas e o francês eram os idiomas predominantes. A aproximação entre os dois reinos se deu por meio do casamento de sua filha, Catarina de Bragança (1638-1706), com Carlos II (1630-1685), rei da Inglaterra, que ocorreu em 1662³. O Casamento foi uma forma vista por D. João IV de se proteger das guerras que ocorriam com frequência, das quais destacamos a Guerra de Restauração (1640-1668) e a Guerra da Sucessão da Coroa Espanhola (1702-1714), na qual soldados ingleses combateram em território português mais de uma vez. Ao mesmo tempo, o casamento também beneficiava os ingleses, pois era visto como uma forma de ampliar sua comercialização nos domínios portugueses (TELES, 2012, p. 25). Em 1386 também ocorreu algo parecido, Mestre de Avis, D. João I (1357-1433), e D. Filipa de Lencastre (1359-1415) se casaram. De acordo com Oliveira,

A união das duas casas dinásticas, com efeito, vai suscitar uma série de representações da rainha e da sua origem inglesa, bem como de um momento de influência da Inglaterra em Portugal na arte da guerra, na organização militar, nas letras e nos costumes, para não mencionar o facto de que o casal de monarcas da origem a chamada “inclita geração”, responsável pelo início da expansão territorial portuguesa (OLIVEIRA, 2014, p. 24).

Outra forma eficaz de aproximar a Inglaterra de Portugal foi o Tratado de Methuen⁴, firmado em 27 de dezembro de 1703, uma vez que o mercado português sempre foi apreciado pelos ingleses por sua extensão aos territórios ultramarinos (SILVA, 2003). Contudo, os acordos comerciais e alianças não eram totalmente vantajosos para o reino português, até porque raramente os ingleses os ajudavam e quando acudiam era a um custo alto (MAXWELL, 1996, p. 10).

A guerra comercial, designadamente com a Inglaterra, estivera sempre entre as suas preocupações, mas esta escudava-se, paradoxalmente, na manutenção da política de neutralidade face aos conflitos europeus que vinha de trás e se apoiava, precisamente, na protecção militar da Inglaterra em terra e no mar! Por isso, não tinha nenhuns preparativos bélicos e para ele [D. JoãoV] todo

³ O casamento foi sustentado por uma enorme quantia de dinheiro, além da entrega das cidades de Bombaim e de Tânger aos ingleses (MONTEIRO, 2010, p. 308).

⁴ O Tratado de Methuen faria com que os vinhos portugueses fossem recebidos em Londres com uma taxa alfandegária um terço inferior aos vinhos franceses. Em contrapartida, os ingleses obrigaram Portugal a comprar lãs exclusivamente produzidas em Londres (SOUZA, 2011, p. 23).



ponto neste negócio consiste essencialmente no esforço que se deve fazer para resistirmos ao primeiro ímpeto de invasão deste Reino (MONTEIRO, 2010, p. 372).

Como afirma Monteiro no trecho acima, a comercialização com a Inglaterra era preocupante e não era vantajosa, “O comércio português dissolvera-se nas vísceras da Inglaterra” (FERREIRA, 1922, p. 81). O Estado necessitava da proteção do exército inglês, o que significava que deveria manter suas relações comerciais mesmo que de forma desvantajosa para garantir o apoio dos ingleses. Por outro lado, com relação ao ensino de língua inglesa, o tratado pode ter favorecido o idioma inglês, uma vez que, além de ser necessário para a instrução militar dada pelos professores ingleses que estavam em terras portuguesas para treinar as tropas, também seria utilizada nas negociações comerciais com sua poderosa aliada, a Inglaterra.

É importante destacar que, apesar do frequente contato entre portugueses e ingleses, a língua inglesa ainda não era o idioma estrangeiro mais influente entre os portugueses, apesar de todo o contato entre ingleses e portugueses devido ao comércio e ao treinamento militar. Até Pombal, que foi diplomata em Londres, no período de 1739 a 1743, dominava melhor o idioma Francês do que o Inglês. “Os livros que acumulou em sua biblioteca londrina (em sua maioria edições francesas, já que não dominava o inglês)” (MAXWELL, 1996, p. 6), Oliveira (2014), afirma que o fato de Pombal não dominar o inglês “se justifica tanto pelo estatuto do francês como língua diplomática quanto pelo uso que fazia de intérpretes, como era de costume nas embaixadas (OLIVEIRA 2014, p. 175). Este acontecimento prova que a Língua Inglesa ainda estava em processo de aceitação entre os portugueses e que as diplomacias entre os dois países foram importantíssimas para a expansão da língua inglesa em terras portuguesas⁵, mesmo tendo o francês como língua preferida. No comércio, por exemplo, a Língua Francesa era o idioma mais usado nas negociações. Alberto Jacqueri de Sales chegou a mencionar na abertura do quinto curso de comércio em 21 de Agosto de 1776 que a língua francesa era essencial para a “sciencia do commercio”, infelizmente, o mesmo não ocorreu com o idioma Inglês (TELES, 2012, p. 53-54).

A aliança que parecia ser vantajosa para ambos aos poucos passou a ser questionada pelos portugueses, pois a Inglaterra não era confiável e se apoderava da situação em que o

⁵Portugal só se preocupou com o ensino da Língua Inglesa por volta do século XVII, e a primeira gramática de Ensino de Inglês escrita em Português foi escrita por Jacob de Castro como uma forma de melhorar a comunicação entre os dois países. (SANTOS, 2010, p. 37).



Estado português se encontrava, fato que desagradava a população. A Inglaterra não respeitava os acordos existentes com Portugal e pouco se preocupava em apoiá-la quando solicitado, conforme pode ser observado nas palavras de Machado:

O defeito não é ser pequena; é confiar em theorias sem fundamento, e entregar a nossa pouca fortuna á administração de outros. Portugal confia demais na Inglaterra, esquecendo que em 1777 e 1779 o nosso douto e enérgico ministro o Marquez de Pombal, não encontrou agasalho algum no gabinete St. James. É preciso recordar os annos de 1759 e de 1814, e lembrar que, o amor dos nossos atilados foi tanto, que até não respeitaram os portos de mar. Falla-se por ahí muito em Inglaterra, e orgulha-se muita gente d'ura tratado de mutua estima, mas a verdade manda que se diga, que, ou essa gente esquece a historia, exagerando os feitos dos inglezes na Península, ou desconhece a politica d'essa nação (MACHADO, 1881, p. 7).

De acordo com Machado (1881), as alianças entre Portugal e a Inglaterra foram prejudiciais para o Estado português, no sentido administrativo e econômico. No entanto, quando tratamos do ensino de Língua Inglesa ela foi essencial, porque ao passo que as guerras europeias aumentavam mais acordos comerciais e militares com a Inglaterra eram feitos, o que pode ter contribuído no aumento de portugueses que queriam conhecer nem que fosse o básico do idioma inglês para facilitar suas transações. Fato que levou à publicação de algumas obras bilíngues que tinham a finalidade de estreitar a comunicação entre eles.

No caso luso-britânico, interesses práticos com relação comercial e político atuaram como catalisador do processo de gramatização bilíngue em Portugal. A longa aliança entre Portugal e Inglaterra possivelmente viabilizou a publicação da primeira gramática de Língua Inglesa em Português. *A Gramatica Anglo-Lusitanica & Lusitano-Anglica ou Grammatica Nova Ingleza e Portugueza* foi lançada em 1731[...] como a primeira a se propor a ensinar Inglês e Português ao mesmo tempo (TELES, 2012, p. 81).

A grammatica anglo-lusitanica: or a short and compendious system of an English and Portuguese grammar teve outras edições nos anos posteriores. Em 1751, 1759 e 1770, o que prova mais uma vez o interesse dos portugueses em conhecer a língua inglesa para melhorar sua relação comercial e militar com a Inglaterra. Uma outra dependência de Portugal em relação à Inglaterra está relacionada ao recrutamento dos soldados. A falta de preparo e de tropas favorecia a Inglaterra nas negociações, já que Portugal não tinha muitas alternativas a não ser aceitar as condições impostas por sua aliada. “O recrutamento de soldados foi um permanente quebra-cabeças” (MONTEIRO, 2010, p.301). A maioria era formada por



milicianos e, entre estes, estrangeiros vindos principalmente da Inglaterra. Entretanto, a quantidade prevista de recrutamento nunca era alcançada.

Outro problema constante que enfrentava o exército português foi em relação à chefia do exército, uma vez que poucos tinham alguma experiência militar. Isso ocorria porque os comandantes portugueses existentes não eram pessoas com experiência em guerras, o que fazia com que as necessidades existentes não fossem atingidas. “As urgentes necessidades da monarquia gótica se reduziam a ter bons soldados e generais sempre prontos a guerrear, como um exército acamado” (FERREIRA, 1922, p. 111). No entanto, os comandantes eram pessoas de famílias reconhecidas pela sociedade que viam o título militar apenas como mais um prestígio para sua família, o que requeria mais uma vez que viessem comandantes ingleses para treinar as tropas:

Mas, para além da sua maioritária inexperiência, os comandos militares portugueses colocavam um outro e decisivo problema: fidalgos destacados pelo nascimento procuravam na guerra servir a Coroa para assim acrescentarem às suas Casas honras e outras mercês por ela doadas. No entanto, a figura do rei nunca teve capacidade para evitar que as disputas pelas chefias entre eles se regulassem por códigos de honra e questões de precedência fracamente distantes do que viriam a ser as idades contemporâneas sobre as disciplinas entre militares (MONTEIRO, 2010, p. 302).

Para tentar solucionar esse problema, foi criado o Colégio Real dos Nobres, no ano de 1761. Por meio dele, pretendia-se qualificar nobres desde a sua infância para servir à Nação, o que eliminaria os problemas administrativos e militares até então existentes.

3. COLÉGIO REAL DOS NOBRES

Quando o Marquês de Pombal, Primeiro Ministro do rei D. José I, recebeu autorização de melhorar o desenvolvimento do Estado, criou diversas reformas que visavam tirar Portugal da crise em que se encontrava. Na época, a situação administrativa de Portugal passava por problemas que se agravaram com terremoto de 1755. Uma das formas vistas por Pombal de tirar Portugal desta situação foi através de reformas administrativas nos diversos setores, em especial, na educação.

Entre as reformas educacionais, tomou providências para colocar a educação como responsabilidade do Estado e substituiu os padres jesuítas por professores concursados. Em 1761, Pombal fundou, em Lisboa, o Real Colégio dos Nobres, com a intenção de fortalecer o



ensino científico e atrair os jovens aristocratas para profissões de natureza técnico-militar, visando preencher os quadros das Forças Armadas, que com frequência necessitavam de pessoas bem treinadas. O Real Colégio dos Nobres foi a primeira experiência do estabelecimento das novas disciplinas científicas em Portugal e tinha a intenção de formar a nobreza portuguesa através de uma educação voltada para os interesses do Estado no ramo da economia, da política e da vida militar (CARVALHO, 1978, p. 143).

A resolução régia de 19 de outubro de 1759 foi importante para a criação das aulas de Esgrima e da Arte de Cavalaria. Ambas seriam pagas pelo cofre do Colégio, sendo fornecidos os cavalos pelas reais cavalariações. “Foi uma escola destinada a receber os alunos em processo de formação de “Perfeitos Militares”, sendo os discentes, na realidade, um misto de homens de letras e de soldados” (SANTOS, 2010, p. 80).

Com a Lei de Diretório de 1757 e a obrigatoriedade do ensino na Língua Nacional, o Latim começou a perder influência, o que fez com que as Línguas Vivas recebessem maior respaldo. O Estatuto do Colégio Real de Nobres, promulgado em 7 de março de 1761 com o intuito de regular todas as ações dessa instituição, bem como todas as pessoas que nela morassem ou apenas trabalhasse, exalta as Línguas Vivas, pela importância das mesmas no cenário nacional, proibindo que as conversas dentro do colégio, as chamadas “conversações familiares”, fossem feitas nessa língua morta [latim] (SANTOS, 2010, p. 82, grifo nosso).

Apesar do Estatuto de funcionamento do Colégio Real dos Nobres ter sido feito em 7 de março de 1761, o Colégio só foi aberto oficialmente em 1766 no antigo Colégio das Artes dirigido pelos padres jesuítas. Antes de sua criação os jovens que eram Fidalgos e Nobres costumavam estudar no Colégio de São Miguel ou no Colégio de Todos os Santos, fundado em Coimbra no ano de 1574, e logo depois no Collegio das Escolas Menores das Línguas⁶, e das Artes, também criado em Coimbra (SOUZA, 2011, p. 70).

A criação do Colégio Real dos Nobres em 1761 foi um marco importante não só para a área das Letras como para a área Militar, pois além de ensinar as matérias essenciais do ensino de Humanidades (Latim, Grego, Retórica, Filosofia e Teologia) estavam presentes alguns elementos das Matemáticas, Astronomia e Física, e era recomendado o ensino de Línguas Francesa, Inglesa e Italiana, conforme o Título VIII do Estatuto. O ensino de Língua no Colégio Real dos Nobres visava preparar os alunos para ler os bons livros que eram

⁶ É importante destacar que as escolas portuguesas do século XVI não incluíam qualquer língua estrangeiras vulgares entre suas matérias de ensino. O Colégio Real ou (das Artes), criado em 1547, apenas consagrava espaço para o ensino das Línguas Latina, Hebraica e Grega (TORRE, 1985, p. 10).



escritos nestes idiomas. “Quanto ao método de ensino de línguas, prescrevia-se o uso repetido de exercícios práticos de “viva voz”, devendo ser poupadas em seus excessos as explicações gramaticais” (OLIVEIRA, 2010, p. 62). O Inglês deveria ser objeto de estudo dos estudantes mais promissores e tinha um grau de importância essencial para o aluno, logo atrás da Retórica, Lógica, História e das outras duas línguas estudadas: o Francês e o Italiano. Com relação aos livros utilizados na instituição, deveriam ser os mais corretos e agradáveis possíveis, uma vez que, além de preparar o aluno para o aprendizado do idioma, deveriam oferecer modelos destacados pelos professores que, mesmo não morando nos colégios, deveriam comparecer nas horas determinadas para as suas lições (SANTOS, 2010, p. 81). A gramática inglesa que seria utilizada no Colégio Real dos Nobres foi lançada um ano após a criação do estatuto. Conforme Oliveira (2010):

De qualquer forma, um ano após a publicação dos estatutos, em 1762, foi impressa uma Grammatica ingleza ordenada em portuguez, “na qual se explicão clara, e brevemente as regras fundamentaes, e as mais proprias para falar puramente aquela lingua, composta e dedicada á magestade fidelissima de elrey Dom Jozê o I, nosso senhor” por Carlos Bernardo da Silva Teles de Menezes, militar e “fidalgo da Caza de Sua Magestade”, conforme a folha de rosto do livro. A dedicatória, dirigida à “Vossa Magestade”, creditava a El Rei os novos progressos da “Literatura Portugueza”, o que justificava a temeridade do autor em dar lume à sua pequena obra, produzida, como ele mesmo afirma, nos momentos de descanso do serviço militar (OLIVEIRA, 2010, p. 64).

O número de alunos admitidos era de 100 (AMARAL, 2010, p. 108). Para serem aceitos, deveriam ser membros de famílias nobres, saber ler e escrever, tendo no mínimo sete e no máximo treze anos de idade, além de pagar anualmente uma pensão de 120.000 réis, em duas parcelas. Os que concluíssem os estudos seriam admitidos às matrículas dos cursos superiores sem dependência de exames e com preferência nos empregos e lugares públicos (OLIVEIRA, 2010, p. 62).

A finalidade do Colégio Real dos Nobres era “formar um quadro de funcionários de elite, não necessariamente - mas preferencialmente - militares, e que estivessem a serviço do Estado” (SOUZA, 2011, p. 74). Os estudantes eram preparados para assumirem cargos nas diferentes áreas como, por exemplo, dos Negócios Estrangeiros e Tribunais Econômicos do interior do Reino. Pombal também utilizaria, no comando do exército português do Brasil, os primeiros alunos que se formassem no Colégio Real dos Nobres (MAXWELL, 1996, p. 127). Ele foi uma expressão “de um programa pedagógico destinado à ampla recuperação e



organização de um exército que havia chegado, até então, aos graus extremos da miséria moral e física” (CARVALHO, 1978, p. 45).

O ingresso no ensino superior não era para todos e o Colégio Real dos Nobres também facilitava este acesso. A entrada no ensino superior por parte dos alunos se dava por mérito intelectual, embora, contraditoriamente, a sua materialização fosse comandada também pela lógica de privilégios, próprios da sociedade da época, o que não configurava, portanto, uma instituição democrática, apesar do ingresso por mérito apontar nessa direção (NASCIMENTO, 2010, p. 35).

Pela Carta de Lei de 13 de Outubro de 1765, foi concedido e doado ao Colégio dos Nobres o privilégio exclusivo para a impressão dos livros de Euclides, de Arquimedes, e de outros clássicos das ciências matemáticas. A escola foi um importante passo para o aperfeiçoamento matemático dos alunos que seguiriam a carreira militar. O seu corpo docente era composto por professores estrangeiros, vindos propositadamente para lecionar algumas cadeiras específicas. Os professores nomeados, eram italianos, com exceção do professor de Retórica, que era português, e os de Grego e Latim que eram irlandeses (BORGES, 2009, p. 6). Isso ocorreu apesar de não ser recomendado professor estrangeiro na instituição. De acordo com Joaquim Ferreira (1922, p. 65), era determinado que o ensino dos idiomas castelhano, francês e inglês fosse dado por professores nacionais. Quanto ao ensino de latim, deveria ser excepcional e mais importante do que o próprio conhecimento da gramática portuguesa.

Quem muito ajudou através de traduções no Colégio Real dos Nobres foi Giovanni Angelo Brunelli (1722-1804). Ele traduziu para português os seis primeiros, do undécimo e do duodécimo livros dos “Elementos de Euclides”, em 1768. Para esta tradução, utilizou a versão latina de Federico Comandini e as notas com que Robert Simson (1687-1768) tinha ilustrado. Sua tradução foi muito apreciada a ponto de ter oito novas edições, até o ano de 1862. Em 1769, aposentou-se do Colégio dos Nobres e regressou finalmente a Bolonha (PAPAVERO *et al.*, 2010).

No entanto, por meio da lei de 10 de Novembro de 1772, as disciplinas matemáticas deixariam de ser prestigiadas no Colégio dos Nobres, pois ela ordenava que os estudos matemáticos, até então professados no Real Colégio dos Nobres, só fossem adotados na Universidade de Coimbra.

Por decreto de 3 de Abril de 1791, foi declarado que na Academia de manejo e arte de andar a cavalo, estabelecida no Real Colégio dos Nobres, podiam ser admitidos como alunos



não só os colegiais, mas também outros de fora do colégio que tivessem as qualidades requeridas nos estatutos e entre elas, as de boa educação e procedimento, que os tornassem próprios para se comunicarem com os colegiais nas ocasiões do exercício, verificando a mesa, depois de informação do reitor do colégio, que nos pretendentes à admissão concorriam as sobreditas qualidades. Em 1792, a Escola foi aberta para alunos externos, por meio do decreto de 16 de junho. Ele informava que o pagamento dos professores deveria ser feito com o Subsídio Literário⁷ e que seria permitida à frequência de alunos externos na instituição.

Apesar das boas intenções do Colégio Real dos Nobres em colocar as disciplinas estrangeiras no currículo, o seu uso foi limitado e com atraso. A escola, de forma geral, não atendeu as expectativas requeridas no ato de sua criação, conforme podemos notar nas palavras de Torre (1985):

Como se sabe, porém, o Colégio dos Nobres funcionou mal e durante muito pouco tempo. Em consequência, nem a língua inglesa se viu de facto promovida em Portugal a nível secundário, nem as recomendações metodológicas citadas chegaram a produzir os seus frutos. Em 1765 ainda não havia professores para nenhuma das línguas vulgares propostas nos Estatutos e só em 1785 é que se arranjaram professores para inglês e francês. Para italiano nunca chegou a ser encontrada solução docente (TORRE, 1985, p. 18).

O decreto de 4 de Janeiro de 1837 determinou abolição do Colégio, os colegiais foram remanejados para o Colégio Militar, onde se lhes seria dado instruções convenientes, e nunca inferior àquela que até agora se lhes subministrava, pagando as mesmas prestações que pagavam ao colégio abolido. Quanto aos lentes e demais empregados, trabalhariam em novas escolas que seriam criadas. Já em relação aos pertences da Escola, “ficará à disposição do ministério da guerra, para nele se estabelecer a Escola Politécnica, e os mais estabelecimentos científicos da dependência do mesmo ministério, que ali for conveniente colocar” (AMARAL, 2010, p. 111).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, podemos concluir que a aliança existente entre Portugal e Inglaterra esteve presente desde a história da origem do Reino português e continuou por meio de diversos tratados comerciais e casamentos. A língua inglesa passou a ser utilizada na comercialização,

⁷ Subsídio literário era a cobrança de uma taxa sobre determinados produtos. Um real a cada canada de vinho, 4 réis sobre a aguardente, 160 réis sobre cada pipa de vinagre, cobrados no Reino, Açores e Madeira. O valor para a América, a África e a Ásia eram diferentes (NUNES, 2008, p. 337).



nos acordos e até mesmo na instrução dos jovens fidalgos, tanto no Colégio Real dos Nobres como também no Colégio Militar. O tratado de Methuen, que facilitou a negociação entre Portugal e Inglaterra, por meio da diminuição dos impostos cobrados no vinho português e na lã inglesa, é um exemplo de acordos existentes entre as duas nações que influenciaram no aprendizado do idioma estrangeiro, o inglês por parte dos portugueses e o português por parte dos ingleses. O casamento de Catarina com Carlos II também foi outro meio adotado pelo governo português para fortalecer a aliança entre as duas nações e ao mesmo tempo receber ajuda militar quando necessário, uma vez que o exército inglês, principalmente a sua frota naval, era temida por diversos países, inclusive a França.

Não é por acaso que até hoje a língua inglesa está presente na educação brasileira e com o avanço da globalização seu conhecimento prevalece em uma posição de destaque.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Manuel. Real Colégio dos Nobres. In: **Portugal - Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico**, v. 6, 2010b. p. 108-111. Disponível em: <<http://www.arqnet.pt/dicionario/rcolnob.html>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

BORGES, Isabel Maria de Carvalho Gonçalves. **Testemunhos museológicos e sua habitabilidade no ISEL**: as colecções museológicas do Instituto Industrial de Lisboa / ISEL, origem, história e sua apresentação. Lisboa, 2009. Dissertação - Faculdade de Belas – Artes de Lisboa. 2009. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=4&cad=rja&uact=8&ved=0CDUQFjAD&url=http%3A%2F%2Frepositorio.ul.pt%2Fbitstream%2F10451%2F2048%2F1%2F23089_ULFBA_TES345.pdf&ei=Co_JU4vxKazgsASklYB4&usg=AFQjCNHjeeopK8JsbVwW6OBuScgVqWspRA&sig2=DB0gyI8w2g6-sb5f7waWxg&bvm=bv.71198958,d.cWc>. Acesso em: 18 jul. 2014.

CARVALHO, Laerte Ramos de. **As reformas pombalinas da instrução pública**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Sariaiva S/A: 1978.

FERREIRA, Joaquim. **Cartas sobre a educação da mocidade de Ribeiro Sanches**. Porto: Editorial Domingos Barreira, 1922. Disponível em: <<http://purl.pt/148>>. Acesso em: 08 out. 2014.

MACHADO, Joaquim Emygdio Xavier. **Questões de Organização Militar**. Lisboa: Impressor da Casa Real, 1881. Disponível em : <<http://scans.library.utoronto.ca/pdf/7/37/questesdeorgan00mach/questesdeorgan00mach.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2013.



MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo**. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1996.

MONTEIRO, Nuno Gonçalves. Idade Moderna (séculos XV- XVIII). In: RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo V. e MONTEIRO, Nuno G. **História de Portugal**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010.

NASCIMENTO, Laudo Natel do. **A formação do professor de Língua Inglesa e a legislação: o caso do curso de Letras habilitação Português- Inglês da UFS**. 2010. Dissertação. (Mestrado em Educação)- Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010.
NUNES, Maria Thetis Nunes. **História da Educação em Sergipe**. São Cristóvão: Editora UFS, 2008.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo. **O mito de Inglaterra: anglofilia e anglofobia em Portugal (1386-1986)**. Lisboa : Gradiva, 2014.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo Meneses de. A instrução militar e o ensino de Inglês no Brasil (1761-1832). **Revista tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, v. 4, p. 59-72, 2010.

PAPAVERO *et al.* Os escritos de Giovanni Angelo Brunelli, astrônomo da comissão demarcadora de limites portuguesa (1753-1761), sobre a Amazônia brasileira. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém, 2010. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v5n2/a17v5n2.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2014.

SILVA, Abílio Diniz. D. Luiz da Cunha e o Tratado de Methuen. **Revista da Faculdade de Letras**, Porto, v. 4, p. 59-84, 2003. Disponível em:
<<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2350.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2014.

SANTOS, Elaine Maria. **As reformas pombalinas e as gramáticas inglesas: percursos do ensino de Inglês no Brasil (1759-1827)**. 2010. Dissertação. (Mestrado em Letras)- Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010.

SERRÃO, Joel. **Dicionário de História de Portugal**. Lisboa: Fiança, 1963.

SOUZA, Álvaro Cesar Pereira de. **Sob a luz das reformas pombalinas da instrução pública: a produção dicionarística luso-brasileira (1757-1827)**. 2011. Dissertação. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2011. Disponível em:
<http://bdtd.ufs.br/tde_arquivos/10/TDE-2011-07-22T121157Z-513/Publico/ALVARO_CESAR_PEREIRA_SOUZA.pdf>. Acesso em: 03 de dez. 2013.

TELES, Thadeu Vinícius Souza. **O papel da Língua Inglesa na formação do perfeito negociante (1759-1846)**. 2012. Dissertação. (Mestrado em Educação)- Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

TORRE, Manuel Gomes de. **Gramáticas inglesas antigas: alguns dados para a história dos estudos ingleses em Portugal até 1820**. Porto, 1985.